



Getúlio Vargas, a ditadura civil-militar e o
combate ao imperialismo: uma leitura da biografia
Quem Matou Vargas (1974), de Carlos Heitor
Cony

*Getúlio Vargas, the civil-military dictatorship and the
anti-imperialist: a reading of the biography Quem matou
Vargas (1974), by Carlos Heitor Cony*

*Getúlio Vargas, la ditadura civil-militar y la lucha contra
el imperialismo: una lectura de la biografía Quem
matou Vargas (1974), de Carlos Heitor Cony*

Marcelo Hornos Steffens [*]

[*] Doutor em História. Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). E-mail: marcelo.steffens@unifal-mg.edu.br.

Resumo: A ideia deste artigo partiu da coincidência de três datas, todas relacionadas no livro de Carlos Heitor Cony: o ano de 1954, setenta anos do suicídio de Getúlio Vargas; o ano de 1964, sessenta anos do Golpe civil-militar; e o ano de 1974, cinquenta anos da publicação do livro de Cony. Nesse estudo pretendeu-se discutir questões teóricas e metodológicas que envolvem a escrita biográfica, buscando-se identificar a forma através da qual o autor organizou seu livro: cuidado com os aspectos formais; suas relações com o contexto político e historiográfico; e, de que forma o autor buscou dar um caráter verossímil à biografia. Por ser um livro lançado, em 1974, em plena ditadura, buscou-se analisar, também, os usos que o autor fez da figura de Getúlio Vargas para se aproximar ou se afastar do golpe contra João Goulart, dos militares e do regime.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Getúlio Vargas; Carlos Heitor Cony.

Abstract: The idea for this article came from the coincidence of three dates, all listed in Carlos Heitor Cony's book: the year 1954, seventy years since the suicide of Getúlio Vargas; the year 1964, sixty years of the civil-military coup; and the year 1974, fifty years since the publication of Cony's book. In this study it was intended to discuss theoretical and methodological issues involving biographical writing, seeking to identify the way in which the author organized his book: care with the formal aspects; its relations with the political and historiographical context; and, how the author sought to give a believable character to the biography. As it is a book released in 1974, in the dictatorship, it was also sought to analyze the uses that the author made of the figure of Getúlio Vargas to approach or distance himself from the coup against João Goulart, the military and the political regime.

Keywords: Dictatorship; Getúlio Vargas; Carlos Heitor Cony.

Resumen: La idea de este artículo surgió de la coincidencia de tres fechas, todas ellas recogidas en el libro de Carlos Heitor Cony: el año 1954, a setenta años del suicidio de Getúlio Vargas; el año 1964, sesenta años del golpe civil-militar; y el año 1974, cincuenta años después de la publicación del libro de Cony. En este estudio se pretendió discutir cuestiones teóricas y metodológicas que involucran a la escritura biográfica, buscando identificar la forma en que el autor organizó su libro: cuidado con los aspectos formales; sus relaciones con el contexto político e historiográfico; y, cómo el autor buscó darle un carácter creíble a la biografía. Al tratarse de un libro publicado en 1974, en plena dictadura, también se buscó analizar los usos que el autor hizo de la figura de Getúlio Vargas para acercarse o distanciarse del golpe contra João Goulart, de los militares y del régimen.

Palabras clave: Dictadura; Carlos Heitor Cony; Getulio Vargas.

Introdução

A ideia deste artigo partiu da coincidência de três datas, todas relacionadas no livro de Carlos Heitor Cony: o ano de 1954, setenta anos do suicídio de Getúlio Vargas; o ano de 1964, sessenta anos do Golpe civil-militar; e o ano de 1974, cinquenta anos da publicação do livro de Cony. E, também, do contato com textos que poderiam trazer uma ampliação e uma revisão da análise feita em 2008¹, em especial o texto de Beatriz Kushnir, *Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no Partidão* (2000).

Assim, buscou-se com a leitura da biografia *Quem matou Vargas: 1954*, uma tragédia brasileira, publicada em plena ditadura, construir uma análise metodológica - que demonstrasse as preocupações do autor com o gênero biográfico, bem como, permitisse reflexões sobre o uso de biografias como fonte e objeto da pesquisa histórica. Também se tentou identificar alguns pontos do debate levantados por Cony na mobilização da figura de Getúlio Vargas naquele contexto.

Propusemo-nos compreender a biografia a partir dos seguintes elementos: trajetória do autor, formação acadêmica e/ou profissional, contexto da escrita, considerações do autor sobre a escrita biográfica, identificação de relações com a historiografia e análise do conteúdo do texto propriamente dito.

Mas além disso, o objetivo com a análise da biografia foi assinalar o distanciamento de certas perspectivas historiográficas marcadas, especialmente, por um determinismo estruturalista. Processo inserido, como afirmou Benito Schmidt, “de profunda transformação das bases teórico-metodológicas da disciplina, com um consequente repensar de questões clássicas como: a relação indivíduo/sociedade, as formas narrativas do conhecimento histórico, entre outras” (Schmidt 2000, 51).

¹ Steffens, 2008.

A emergência biográfica

A chamada nova história política, com o conseqüente retorno do político e a emergência biográfica, relaciona-se às inúmeras transformações sociais e políticas pelas quais passou a Europa nas últimas décadas, quando inúmeros pesquisadores começaram a reavaliar o papel do político no novo contexto de final do século XX.²

No Brasil, essas transformações foram sentidas e introduziram na pesquisa histórica novas discussões, especialmente a partir da década de 1980. Conforme afirma Ângela de Castro Gomes, o novo perfil da pesquisa no Brasil, relacionado à essa renovação historiográfica, caracterizou-se pela rejeição de algumas premissas, principalmente, as de matriz estruturalista e economicista (Gomes 2004).

Além disso, nessa transformação outra perspectiva alterou-se. A crítica às produções dominadas pelo paradigma estruturalista, nas quais não havia espaço para o humano e o individual, onde os acontecimentos e a ação dos personagens eram entendidos e explicados pelo contexto no qual estavam inseridos, introduziu a percepção de que, na análise dos processos sociais, era necessária uma abertura, o reconhecimento da intervenção dos atores neles presentes:

[...] Tal recusa tem uma face de imensa densidade teórica e empírica. Ela significa defender teoricamente que, entre seres humanos, não há controles absolutos e “coisificação” de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados (Gomes 2004, 160).

Quanto à incorporação das biografias na pesquisa em história, Giovanni Levi afirma: “[...] mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores” (Levi 2005, 167), e que sua incorporação ao universo de estudos historiográficos traria discussões metodológicas importantes tais como: “[...] as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas” (Levi 2005, 168).

Vavy Pacheco Borges, relatando sua trajetória dentro desse contexto de renovação da historiografia no Brasil, assinalou:

Convidada, no início da década de 1980, para fazer uma “séria e completa” biografia de Vargas, recusei peremptoriamente por mais de uma vez: “Getúlio” (como sempre o chamávamos) suscitava-me pouca atração e eu percebia que sua enorme importância na política nacional me obrigaria a muitos anos de pesquisa somente a ele dedicados. Nos cursos que ministrava e em outras atividades nas quais estava

² A nova história política refuta as antigas acusações de que se interessava apenas pelas minorias privilegiadas, pelos fatos efêmeros e circunstanciais. O retorno do político, pelo contrário, introduz na pesquisa histórica uma pluralidade de ritmos que combina, por exemplo, o instantâneo com o extremamente lento, o individual e o coletivo (Ferreira 1992). Como afirma Pierre Rosanvallon, o político não é um domínio entre outros da realidade, “[...] é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (Rosanvallon 1995, 12).

envolvida fui me interessando pelo problema do papel do indivíduo na história. Examinei com os alunos a importância atribuída à figura de Vargas, que chegou a determinar periodizações de nossa história como os “Anos Vargas” e a “Era Vargas”. Em um curso, ao ministrar uma unidade sobre as biografias de G. Vargas, comecei a me enfronhar no campo teórico sobre a temática, me interessando cada vez mais em pensar o indivíduo, “a mais real das realidades”, procurando recuperá-lo de “perdido” que estava entre “classes” ou “estruturas” (Borges 2005, 211).

Dentro desta mesma renovação, Maria Helena Capelato identificou a ampliação de novos objetos de estudo e suas ricas possibilidades, que eram deixadas de lado em virtude de resistência dos historiadores em utilizar determinados materiais, dentre eles, memórias e biografias.

Os historiadores que revisitaram o período [Estado Novo] procuraram compreendê-lo a partir de novos ângulos. As questões postas pelo presente não poderiam ser respondidas a partir de dados já pesquisados. Abriu-se, então, a possibilidade de reconstituir essa história a partir da pesquisa de material inédito. O Estado Novo foi muito fértil na produção de textos: as memórias, as biografias, os escritos políticos, os discursos foram pouco explorados nos estudos anteriores. A figura de Getúlio inspirou uma produção muito vasta de obras de natureza biográfica: cerca de 30 títulos desse gênero foram publicados no período, mas eram textos laudatórios que colaboraram na construção do mito Vargas. Esse tema tem despertado muito interesse nos historiadores de hoje (Capelato 1998, 191).

O recente uso de biografias nas pesquisas, também produziu preocupações de caráter metodológico. O historiador deve assumir o risco das análises sobre o gênero, tomando os cuidados necessários, principalmente aqueles que distinguem a leitura do historiador da de um produtor mais “descuidado” de biografias. Como bem distingue Benito Schmidt:

Já no campo da história, apesar da aproximação com a literatura também ser marcante, a margem para a invenção é menos dilatada. Afinal os historiadores, por dever de ofício, têm um compromisso muito mais cabal com sujeitos históricos concretos, que existiram na realidade e que chegam até o presente através de documentos. Ou seja, os trabalhos produzidos nesta área, para além de suas qualidades estilísticas, devem prestar contas ao ‘tribunal de apelação da história’: o passado e seus vestígios (Schmidt 1997, 9).

O autor e o contexto

Carlos Heitor Cony nasceu em 1926, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal e faleceu em janeiro de 2018. Em 1938, ingressou no Seminário de São José onde pretendia prepara-se para se dedicar à vida religiosa. Entretanto, em 1945, renunciou à formação religiosa, [...] “desiludido com o sacerdócio e por incompatibilidade com as normas disciplinares do seminário” (Kushnir 2001, 1587). Nesse mesmo ano, iniciou os estudos na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas abandonou o curso em 1947. Ainda nesse ano, passou a trabalhar no *Jornal do Brasil*, dedicando-se, também, à literatura.

Desde 1960, passou a colaborar no *Correio da Manhã*, jornal em que começou a escrever crônicas políticas, revezando-se com Otávio de Faria na seção intitulada “Da arte de falar mal”, segundo Ruy Castro, essa seção tornou-se [...] “uma trincheira contra as arbitrariedades” do regime autoritário, [...] “irritou a direita e surpreendeu a esquerda” (Kushnir 2001, 1587).

No entanto, neste período, há na trajetória de Cony alguns episódios obscuros³. Provavelmente, o maior deles seja o caso dos Editoriais publicados no *Correio da Manhã* intitulados *Basta!* (31 de março de 1964) e *Fora!* (1º de abril de 1964) que conclamavam para a derrubada de João Goulart. Cony teria sido um dos autores dos editoriais, embora nunca tenha assumido isso. Em artigo escrito para a *Folha de São Paulo*, em 2002, recolhido por João Amado, Cony tentou explicar o episódio, ao que parece, sem êxito:

Na crise de 1964, os editoriais eram discutidos exaustivamente pela equipe liderada por Moniz e da qual faziam parte Otto Maria Carpeaux, Osvaldo Peralva e Newton Rodrigues, entre outros. Eu estava recém-operado, no meu apartamento em Copacabana, e Edmundo Moniz, que ia me visitar todos os dias, telefonou-me para comunicar que Carpeaux desejava pisar forte, com um editorial virulento contra Jango. O próprio Carpeaux sugeria que Moniz me consultasse, uma vez que nós dois éramos afinados, tanto em política como em literatura. Minha participação limitou-se a cortar um parágrafo e acrescentar uma pequena frase. Hora e meia mais tarde, Moniz telefonou-me outra vez, lendo o texto final que absorvia a colaboração dos editorialistas, e, embora o conteúdo fosse o piloto elaborado pelo Carpeaux, a linguagem traía o estilo espartano do próprio Moniz. Como disse ao Elio Gaspari, um bom editorial é obra coletiva como uma catedral gótica. Não expressa o pensamento de um indivíduo, mas o clima de uma época (Amado 2008, 47).

Pouco tempo depois, em 1964, Cony foi demitido do *Correio da Manhã*, após publicar um artigo “onde dizia ter o Brasil passado de Estados Unidos do Brasil a Brasil dos Estados Unidos”, em um momento em que o jornal passava por uma crise econômica em virtude da redução da publicidade de agências estrangeiras e sob nova chefia (Leal 2001, p. 1631).

Assim, ingressou na Editora Bloch, a fim de colaborar com a revista *Manchete*. Em 1965, Cony participou de um protesto contra o presidente da República, o marechal Castelo Branco, vaiando-o, por ocasião de uma reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), juntamente com Glauber Rocha, Antônio Callado, Flávio Rangel, Tiago de Melo e Márcio Moreira Alves, o que os levou a um mês de prisão.

Em 1968, no dia 13 de dezembro, horas depois da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi preso outra vez. Respondeu a oito processos judiciais, a três Inquéritos Policiais-Militares (IPMs)⁴, e enfrentou outras seis detenções por “delito de opinião”. Depois desses acontecimentos, autoexilou-se, retornando ao país em 1970.

Afastou-se, entretanto, dos temas mais estritamente políticos, trabalhando na Editora Bloch e desde março de 1993 na *Folha de São Paulo*. Em 1996 recebeu o prêmio Machado de Assis da

³ Um outro episódio diz respeito à publicação do livro *Pessach* (1967), quando o autor acusou alguns membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de terem censurado a obra, episódio analisado por Beatriz Kushnir (2000).

⁴ Um desses processos foi movido pelo então ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, que se utilizou deste fato para provar a existência de uma imprensa livre no país, dizendo que havia “(...) um cronista que me ataca diariamente, e está em liberdade” (Kushnir 2001, 1587).

Academia Brasileira de Letras (ABL) — pelo conjunto de sua obra —, ocasião em que afirmou não pretender entrar na Academia. Em junho de 2000, contudo, tomou posse na antes desdenhada ABL.

Sobre a posição política de Cony no momento da escrita da biografia, suas ligações com algum partido ou movimento de resistência à ditadura, não encontramos informações suficientes para arriscarmos situá-lo com mais exatidão nesse contexto. O conteúdo do livro saiu antes do endurecimento do regime com o Ato Institucional 5, na revista *Manchete*,⁵ da Editora de Adolpho Bloch, em 1967. Tentando entender um pouco mais sobre a posição de Cony sobre a ditadura que se instalava no país, talvez tenhamos uma pequena pista a partir das relações do dono da editora com os militares. Sobre isso, afirmou Arnaldo Bloch:

E, sob as nuvens irrespiráveis do AI-5, imerso na névoa da fantasia do Brasil Grande e do mundo colossal, providenciou [Adolpho Bloch], para as primeiras semanas de 1969, uma edição de 250 páginas sobre o progresso do país, e uma outra, com as imagens sensacionais da chegada do homem à Lua (Bloch 2008, 211).

Mas antes, disso, logo após o golpe, mais precisamente no dia 4 de abril de 1964, no *Correio da Manhã*, Cony publicou o artigo *Revolução dos Carandt8guejos*, no qual faz críticas a postura de determinados militares, em especial, aqueles que não entenderam o sentido da “Revolução” (sic), e que mantém o país preso à lógica mesquinha dos quartéis e que, pelo contrário, deveria apontar para a frente, na direção do desenvolvimento nacional: “Até agora, essa chamada Revolução não disse a que veio” (Alvim, 1979, p. 60). Mais ou menos clara a insatisfação de Cony com os primeiros momentos do golpe, mas, não com a ruptura das regras democráticas e com a derrubada de Jango.

Autodefinindo-se como [...] “inteligente o bastante para não ser de direita, mas muito rebelde para ser de esquerda” (Kushnir 2001, 1587), Cony parece ter tido contatos, no fim da década de 1960, com pessoas vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seu livro intitulado *Pessach* (1967), foi publicado pela editora Civilização Brasileira, dirigida pelo militante Ênio Silveira e com a orelha da primeira edição do livro escrita pelo também comunista Leandro Konder, a convite de Ênio.

Ainda sobre as relações pessoais e políticas de Cony, Leandro Konder lembrou o papel de suas crônicas, ainda no *Correio da Manhã*: [...] “muito importante. No momento [da coluna no Correio da Manhã], eu acho que uma boa parte da esquerda, senão brasileira pelos menos carioca, vivia de ler o Cony no Correio da Manhã. A gente acordava cedo para ler o Cony” (Kushnir 2000, 237). Quando do lançamento do livro *Pessach*, acusou o comitê cultural do PCB, no Rio de Janeiro,

⁵ Publicado em capítulos, em 1967, na revista *Manchete*. Não foi verificado se o conteúdo publicado na revista é exatamente o mesmo do livro. Na edição de 2004, a terceira do livro, foi informado que o livro deveria ter sido lançado ainda em 1967, mas que por pressão da censura federal e do marechal Juarez Távora, invocando a lei da imprensa, escreveu “cinco capítulos adicionais que a revista foi obrigada a publicar”. O livro, de 1974, saiu sem eles (Cony 2004, 7).

de ser o responsável pela censura ao livro, o que ocasionou sua ruptura com Ferreira Gullar, um dos membros desse comitê (Kushnir, 2000).

O caso de Cony⁶ parece relacionar-se a um episódio de disputa de memória, como bem percebido por Kushnir (2000) para o caso de *Pessach*, mas, que parece caber, também, para a biografia *Quem matou Vargas*, talvez, uma tentativa de confirmar um posicionamento de oposição do jornalista, tão caro a grande parte de sua categoria profissional que diante da ditadura mais se omitiu, concordou e colaborou (Kushnir, 2004) do que “disse não” (Alvim, 1979).

Com isso, se pretende assinalar a dificuldade que envolve tentar definir as intenções de Cony, envolvidas na publicação dos fascículos sobre Vargas, bem como, o seu grau de autonomia. A relação entre os donos de jornais e editoras com o poder, também, é um tanto intrincada e de difícil elucidação.

Cony e escrita biográfica

Sobre seus métodos de trabalho e sobre os cuidados que envolveram a construção da biografia de Vargas, Cony fez algumas observações iniciais.

Segundo ele, não houve a intenção de fazer “a” biografia de Getúlio Vargas, mas apenas uma “interpretação”,⁷ até porque sua trajetória enseja inúmeras visões, discussões e discordâncias, suscitadas até pelos depoimentos de pessoas muito próximas de Getúlio Vargas, como seus filhos, Alzira Vargas e Lutero Vargas que discordaram, por exemplo, em relação às leituras do pai e de alguns de seus hábitos, como, por exemplo, o hábito de Getúlio cochilar após as refeições – informação dada por Góis Monteiro e José Américo – o que Alzira negou-o “firmemente”.

Para o autor, “tanto importava um Vargas com sono ou sem sono. Se fosse eu o seu biógrafo, teria de tirar a limpo a questão. Mas contentei-me, neste caso, com o pitoresco, e fiquei com o sono”. Além disso, diante de outros dilemas com os quais se deparou ao longo da biografia de Vargas, Cony propôs uma solução:

Não dispondo de um detector de mentiras, o remédio foi tirar a média dos diversos relatos orais e escritos que consegui, e, quando não obtinha essa média, optava por uma das versões, uma vez que a opção não diminuía a realidade e a validade do processo que me interessava, embora sua definição física fosse discutível (Cony 1974, 11-12).

⁶ Até bem pouco tempo atrás, qualquer vinculação com a ditadura, com a tortura e com torturadores era motivo de vergonha.

⁷ Este livro foi relançado em 2004 com edição revista e ampliada. Parte da ampliação disse respeito a alguns esclarecimentos, do autor, sobre as críticas dirigidas à primeira edição do livro, as quais tentou responder apresentando algumas reportagens de jornais no final da obra.

A “média” que Cony se “propôs a tirar” significou não abrir mão da busca “da verdade” na biografia de Vargas, muito embora, via de regra, o autor não tenha demonstrado qualquer cuidado em apresentar os mapas dos caminhos percorridos na construção da trajetória de Vargas.

Ainda na apresentação de seus métodos de trabalho, Cony afirmou ter realizado uma preparação intensa e extensa com o manuseio de informações sobre Getúlio Vargas e o período. Todavia, o efeito de verdade desejado por Cony, esbarrou, em nossa leitura, na ausência de alguns cuidados em relação a certos aspectos formais da biografia. Ao longo dela, não houve, por exemplo, a preocupação com a indicação da autoria de relatos de testemunhos – quem disse o quê – nem com a identificação das informações manuseadas, como ele mesmo disse, de forma “intensa” e “extensa”. Também não se recorreu - nem ao longo do livro, nem em seu final – à apresentação de qualquer forma de referência bibliográfica ou mesmo o de uma lista de leituras que teriam contribuído com sua preparação para escrever a biografia de Getúlio Vargas.

À época, provavelmente, Cony estivesse influenciado pelas tendências do *new journalism* caracterizado pela

[...] descrição detalhada das cenas e a reprodução fiel dos diálogos — para acompanhar o cotidiano das pessoas ou o passo-a-passo das situações que pretende retratar. [...] As estratégias narrativas presentes nesta estética jornalística apontam para a construção e o entrelaçamento de artifícios complexos, que concorrem para o efeito de real que se deseja obter. Predição, pressentimento, obsessão, maldição, recordação, *flashback*, motivações psicológicas, descrições extensas, registro da fala dos personagens figuram entre os artifícios que o jornalismo literário empresta da prosa de ficção. Ainda, a inserção de narrativas menores numa história maior, criando um sistema de expectativas, a localização espacial e a datação são processos largamente utilizados. [...] Ao longo de sua história, o jornalismo brasileiro contou com a presença constante nas redações de escritores como Érico Veríssimo, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, **Carlos Heitor Cony**, Rubem Braga, para citar alguns, que levam a contribuição da literatura para o jornalismo através de sua produção cronista — gênero híbrido que transita entre fato e ficção (Fontana, Webb 2006, 6. *Grifo nosso*).

O fato de Cony ter adotado alguns elementos “ficcionalis”, não assinalados com clareza na narrativa, gerou algumas críticas. Tanto que, posteriormente, quando do relançamento da edição, em 2004, ele respondeu:

Alguns historiadores estranharam o prólogo desta série de artigos sobre Vargas, mais tarde publicada em livro. O argumento deles era ponderável: não deveria abrir um trabalho biográfico com um texto de ficção,⁸ sem nenhuma referência à documentação da época. Apesar de não ter feito uma obra acadêmica, que comporta e exige numerosas e fatigantes notas de rodapé de página, o autor manteve o prólogo quando da primeira edição do livro, em 1974 sem citação de fonte. O mesmo aconteceu em 1967, quando da publicação da série na revista *Manchete* (Cony 2004, 250).

Buscando identificar elementos que explicassem a personalidade de Getúlio Vargas, Cony fez algumas descrições sobre o ambiente que, segundo ele, o teriam influenciado significativamente.

⁸ No prólogo do livro, Cony elaborou um diálogo imaginário entre diversos representantes de uma Companhia de Seguros norte-americana que se encontravam no Brasil e que será analisado mais adiante, neste artigo.

Conforme o autor, a personalidade de Vargas relacionou-se intimamente à paisagem do pampa gaúcho, a “savana verde”. Aquela vida “frugal, solitária”, que aos olhos dos outros poderia parecer abandono, decadência, era, para o gaúcho, motivo de orgulho.

[...] Gaúcho vive assim mesmo, na aspereza de seus hábitos, de sua rusticidade desconfiada e consciente. Aquela era a vida de seus antepassados, misto de guerreiros e pastores, submetidos às incertezas de uma terra onde as fronteiras naturais eram desprezadas e criavam-se outras, em Madri ou em Roma. No território das Missões Ocidentais não havia lugar para o conforto, muito menos para o luxo. Todos se habituavam aos perigos que ora surgiam do Rio Uruguai, ora do próprio litoral (Cony 1974, 36-37).

Essas descrições foram e são bastante recorrentes na análise do espaço geográfico do pampa gaúcho. Ruben Oliven, em uma análise dessas leituras, identificou o uso desse recurso narrativo em relação a uma pretensa origem do gaúcho, a imagem do homem plenamente integrado à natureza, feliz e solidário:

O modelo que é construído quando se fala em tradições gaúchas — qualquer que seja a perspectiva de quem as cultua — está sempre calcado no campo, mais especificamente na região da Campanha (localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul e fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai) e na figura do gaúcho, homem livre e errante que vagueia soberano sobre seu cavalo tendo como interlocutor privilegiado a natureza como ela se descortina nas vastas planícies dessa área pastoril do estado (Oliven 1992, 69).

Cony parece ter-se inspirado nessa fórmula, sem uma crítica mais cuidadosa, ou talvez, identificou-a como útil a um objetivo que supomos ter sido seu, qual seja, contribuir na construção e consolidação do mito Vargas.

No mesmo ritmo, o autor continuou analisando a formação de Getúlio Vargas, demarcando, em alguns momentos o seu gênio especial. Para isso, lançou mão de um raciocínio teleológico ao narrar, de forma breve, como aconteceu o casamento entre Manuel Vargas, pai de Getúlio, e sua mãe. Segundo ele: Getúlio Vargas não foi somente fruto de um ambiente que favorecia o desapego e a humildade. Veio à luz fruto de uma união inesperada. Seu pai, Manuel Vargas, casou-se com Cândida Dorneles, filhos de famílias mortalmente inimigas, que representavam a própria secessão do Rio Grande do Sul. “Os degoladores de 1893 — e com mais razão os degolados — deveriam ter dado voltas nos túmulos rasos que marcam as coxilhas com cruces rústicas e antigas”. Getúlio Vargas [...] “era fruto físico e político dessa união. Não tinha diante de si apenas um destino. Tinha uma missão” (Cony 1974, 48).

Conforme é possível observar, de acordo com Cony, Getúlio Vargas era um personagem especial. Simples, não se preocupava nem com o conforto nem com o luxo, que nasceu fruto da união de famílias inimigas. Seu destino, ou como afirmou o autor, sua “missão”, era a conciliação. Recurso narrativo coincidente com o identificado por Raoul Girardet na construção do mito político:

O mito político jamais deixa, nós o sabemos, de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica. Mas a constatação ganha, nesse caso particular, um valor quase determinante. Certamente, a lenda está longe de sempre corresponder à realidade objetiva tal como esta pode aparecer ao olhar do historiador. Certamente, a narrativa legendária constitui, em si mesma, por si mesma, o objetivo específico de nossa tentativa de análise. Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em um certo espaço geográfico e em uma certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape totalmente à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários [...] Édipo, Fausto, Don Juan, a literatura como a pintura podem atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens. Com toda a evidência, tal não pode ser o caso de um ser de carne e osso, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino (Girardet 1987, 81).

Outro traço diferencial de Vargas em relação aos demais da sua geração manifestou-se desde os tempos de estudante. Por isso foi ele o responsável pelo discurso em homenagem ao presidente da República, recém eleito Afonso Pena, que visitara o Rio Grande do Sul. Aos vinte e três anos, Getúlio pronunciou estas palavras: “Quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela captação e pelo fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar manufaturados no estrangeiro os gêneros da própria matéria-prima que exporta”(Cony 1974, 60).

Para Cony, nas palavras pronunciadas por ocasião daquela visita teria sido possível perceber uma ideia básica, que, cinquenta anos mais tarde, ficaria tão conhecida na carta-testamento. Essa ideia

[...] não foi improvisada, nem colada a esparadrapo no pensamento de Getúlio Vargas. Aos 23 anos ele já tinha esse pensamento. Talvez tenha sido o seu único pensamento político, sua única fidelidade ao ideário político que criou ou que deixou que outros criassem para ele. Uma constante houve e é justamente essa constante que marca o modesto início e o trágico fim da vida pública mais longa e discutida de nossa selva política (Cony 1974, 60-61).

Deve-se ressaltar que Cony, ao longo da biografia, optou por tornar linear a trajetória de Vargas – desde sua formação no interior do Rio Grande do Sul até o seu suicídio - usando, várias vezes, o recurso narrativo de aproximar momentos temporalmente distantes como se eles compreendessem uma unidade de propostas e ações, o que demonstrava a coerência do biografado em sua vida.

Os militares

Outro ponto delicado da trajetória política de Vargas foi o Estado Novo. Segundo Cony, em 1937, Getúlio Vargas se encontrava numa difícil situação: [...] “tinha de escolher entre um golpe político para a direita radical e um golpe militar em que pudesse manter, no espaço que os generais lhe destinassem, o liberalismo progressista que lhe era inato e no qual acreditava” (Cony 1974, 40).

O poder militar, no entanto, desejava alijar Getúlio Vargas do comando do país, e, segundo afirmou o autor, um governo autoritário de modo algum preocupava os militares. Góis Monteiro, aliás, já dera mostras de sua disposição quando havia se colocado contrariamente à constitucionalização do país, em 1932.

Conforme o autor, a defesa da necessidade de uma ditadura partia exclusivamente das Forças Armadas. Partia das ideias de Góis Monteiro, Eurico Dutra e de um jurista, Francisco Campos, para fazer as adequações jurídicas exigidas pelo novo regime.

Como afirmou Cony, a posição de Getúlio Vargas nesse contexto era a de garantir as eleições. Os chefes militares e alguns poucos políticos, contudo, já haviam decidido que elas não aconteceriam, tudo decidido à revelia de Getúlio.

Sobre os militares em 1937, Cony afirmou não ter havido ambição pessoal com o golpe — “como quase nunca houve, até bem pouco tempo” —, mas algo que eles não aceitavam de forma alguma era que os rumos do país fossem determinados por políticos. Os militares [...] “consideravam que a tutela da nação deveria caber a homens que tivessem uma noção profissional de patriotismo”:

Quando as coisas vão mal, forma-se, mesmo entre civis, uma tendência de buscar a correção dos males por uma fórmula de especial agrado das forças armadas. Aí o profundo erro, como as circunstâncias o têm demonstrado. Dividir o país entre civis e militares já é um absurdo. Tanto a Constituição como o bom senso admitem que os militares cheguem à Presidência da República. O essencial é que atinjam não por serem militares ou por imposição dos quartéis, mas por suas capacidades e virtudes. O que é civil é o poder, não o seu ocupante constitucional. O mal reside no militarismo, que é uma corruptela do poder militar, com as forças armadas transformadas em seita ou partido político. O militarismo tem causado as maiores desgraças do mundo. Convém não esquecer que é possível haver militarismo sem um militar na cabeça da nação. Certas vezes, há um civil naquele lugar, mas são os militares que tudo fazem ou desfazem. Esse, o mais perigoso (Cony 1974, 216-217).

Para os militares, Getúlio era uma ameaça e deveria ser retirado do caminho, o que não seria algo fácil de realizar, como não foi. Conforme Cony:

Se não havia ambição imediata por parte de Dutra e Góis, tampouco havia inteligência suficiente por parte deles, para prever ou dominar os acontecimentos. A própria mecânica dos acontecimentos dera a Getúlio os elementos necessários à continuação de seu poder. O golpe seria impossível sem Dutra e sem Góis. Por causa disso, estavam abertos, diante de Vargas, os caminhos que ele já conhecia tão bem: duas ideias, duas facções, ou, simplesmente, dois homens em uma mesma direção. Anulando ora um, ora outro, unindo-os e desunindo-os de acordo com as circunstâncias, ele neutralizaria as duas correntes militares que haviam engendrado e consolidado o golpe. Ele sobreviveria no poder. Governaria sete anos mantendo Dutra e Góis domesticados, cada qual em seu canto. Somente na noite do dia 29 de outubro de 1945 os dois generais sentariam-se do mesmo lado e no mesmo sofá para ouvir o discurso de posse do Ministro José Linhares, chamado às pressas para substituir o ditador. Evidentemente, após o golpe de 37, a parcela de poder mais considerável ficaria com os condestáveis do novo regime. Mas nos espaços que lhes deixassem livre, Getúlio poderia fazer alguma coisa. Talvez muitas (Cony 1974, 217-218).

Conforme Cony, Getúlio imprimiu ao governo, exatamente “[...] em seu período mais discutível e antipático, o da ditadura, um ritmo progressista de nítido caráter nacionalista”. Criou-se

nesse período toda a “legislação nacionalista”, a “legislação trabalhista” e a usina de Volta Redonda (Cony 1974, 219).

O imperialismo

O combate ao imperialismo por Vargas, perspectiva que norteia o livro de Cony, é apresentado no Prólogo com o título: *Como se faz um homicídio político*. Um longo caso, ao que parece, criado pelo autor, que envolve um antigo espião australiano, mas que se sentia “inglês”, do Serviço Secreto britânico, John Bathurst-Pithard.⁹ O personagem, com certa instabilidade profissional, chega ao Brasil em outubro de 1951, trabalhava, agora, para uma grande companhia de seguros, garantidora de investimentos em outros países, sediada em Wall Street. Sua tarefa era atribuir conceitos (excelente, bom, regular e mau) aos países para orientar seus clientes. Sobre o Brasil, sabia muito pouco. Aos poucos, em contato com outros três funcionários da “Companhia” – o número de três funcionários residentes (...) “significava que as coisas não estavam tão pretas assim”, mas, também, não estavam dentro da normalidade – foi entendendo um pouco mais sobre o país (Cony 1974, 20).

A partir dos relatórios e das conversas com os outros residentes, Bathurst-Pithard vai reforçando certas visões sobre Vargas. Ele desejava apenas terminar seu mandato, “o homem está calmo, comporta-se como um presidente constitucional, tem enorme lastro popular e a Oposição, embora violenta e intransigente, não tem outro remédio senão esperar pelas novas eleições”, também, os generais estavam a seu lado. Continuava achando Vargas teimoso: “Tem coisas na cabeça. São coisas difíceis de prever, todos o consideram enigmático, a ‘Esfinge dos Pampas’. (...) Essas coisas podem ser, desde um simples golpe de estado, no estilo do de 37, como até uma reforma da economia e da política”. Continuou argumentando com os colegas: - “O Brasil tem ferro e tem petróleo” e “todos ali sabiam que o binômio ferro-petróleo depunha até o Santo Padre”. Vargas, quando fora ditador, já mexera no ferro. Um jovem funcionário da Companhia disse: “- O aço o depôs, em 1945. Falta o petróleo” (Cony 1974, 23-24). De acordo com as informações da companhia de seguros, Vargas agora tinha um projeto sobre o petróleo. Sim, mas surpreendentemente, na avaliação da empresa, esse projeto não previa o controle estatal, embora todos imaginassem que Vargas fosse a favor dessa tese.

Bathurst-Pithard entendera a situação: “- Pelo que posso depreender desse homem – continuou – ninguém sabe exatamente o que ele pensa e quer. Esse projeto do petróleo que está em preparação pode ser uma cilada, das muitas que ele armou até agora” (Cony 1974, 25). E prosseguiu na sua reflexão de agente do Serviço Secreto: “- Pois digamos que Vargas queira, justamente, o controle do

⁹ Não encontrei explicações sobre o nome do agente.

petróleo. Se manifestar esse desejo de forma concreta, a Oposição se concentrará, ferozmente, unida, para torpedear o projeto. Sabendo disso, ele obriga o adversário a levá-lo aonde ele quer ir” (Cony 1974, 26).

Ainda faltava cumprir a tarefa essencial da história contada no prólogo, definir o nível de segurança para os investidores estrangeiros no país. Cony a finaliza de uma maneira bastante problemática. Bathurst-Pithard desejava conhecer pessoalmente Vargas para “estudá-lo”, o que não foi possível. Recorreu a fotos. Analisou diversas, parando em uma da posse de Vargas:

O olhar de Bathurst brilhou de repente. Nesta última fotografia apareciam diversos homens que, evidentemente, nada tinham com a cerimônia, embora estivessem de casaca. Um deles, de cor (sic), parecia discutir com um velho metido numa toga. – “Como é mesmo o nome desse negro (sic)?” Não teve coragem de perguntar em voz alta. (...) [Bathurst-Pithard] Não podia – nem devia – dar explicações. (...) A caneta ainda hesitou entre os dois quadrados finais da última folha do relatório que, dali a horas, um portador especial conduziria à sede da Companhia. A pena tremeu em cima do quadrado REGULAR mas o olhar de Bathurst foi desviado para a fotografia que ficara por cima das outras. Olhou novamente aquelas caras todas e subitamente lembrou-se de que o nome do crioulo (sic) era Gregório. A caneta desceu e, no último quadrado, fez uma cruz” (Cony 1974, 27-28).

A compreensão do desfecho da história do Prólogo apresentou dificuldade – que envolveu o valor que Cony atribuiu a Bathurst-Pithard, talvez seu *alter ego* como biógrafo, como alguém perspicaz e com qualidades investigativas bastante positivas - cabendo, portanto, algumas possíveis interpretações. Pode-se depreender que Cony desejou atribuir uma grande responsabilidade e poder a Gregório Fortunato, talvez, livrando Vargas do envolvimento no atentado contra Carlos Lacerda e, ao mesmo tempo, demonstrando as fragilidades de Getúlio decorrentes da idade. Enfim, a impressão que ficou foi a de que Gregório, por ser um homem negro, estava fora do seu lugar e, por isso, de alguma forma, embriagado pelo poder. Se essa foi a perspectiva de Cony, ela é no mínimo condenável.¹⁰

Uma outra interpretação possível, apontaria na direção oposta. Gregório Fortunato não teria grande importância, nem influência junto a Vargas e Cony teria tido a intenção de apontar para o caráter preconceituoso de Bathurst-Pithard, que teria determinado decisivamente a avaliação do Brasil como um mau lugar para o investimento estrangeiro.

Quanto à luta contra o imperialismo, nos capítulos da biografia propriamente dita, Cony manteve a sua perspectiva em relação a Vargas. Ao tratar do processo de criação de Volta Redonda, Cony utilizou-se de algumas páginas para descrever e assinalar a participação fundamental de Vargas, o que para o autor significou [...] “a criação de novas fontes de riquezas, subordinada sempre a um conceito nacional, mas sem qualquer laivo de jacobinismo” [...] O episódio de Volta Redonda foi para

¹⁰ A edição de 2004 manteve as mesmas referências a Gregório.

Getúlio [...] “a sua grande *chantagem*, chantagem que teve lances de emoção e brilho. [...] Usou e abusou de jogadas arriscadas, manobrou ao mesmo tempo em várias frentes e obteve sua mais límpida e espetacular vitória” (Cony 1974, 219).

Cony encampou a tese do duplo jogo de Vargas, ora demonstrando aproximar-se dos alemães, ora dos norte-americanos. Na leitura de Cony, a atitude de Getúlio era absolutamente calculada, não havendo, verdadeiramente, do presidente nenhuma simpatia pela “causa anti-aliada”, conforme o autor:

Roosevelt [...] viu claramente a jogada daquele homem a quem se habituara a chamar “*my friend Vargas*”. Mandou reabrir apressadamente o caso da usina brasileira, violentou as leis norte-americanas, concedendo ao Brasil um crédito superior ao que era prescrito pelo Eximbank e ordenou que todas as facilidades fossem oferecidas aos emissários brasileiros que tratavam do assunto. [...] Os enviados de Vargas acenavam com os dólares, mas nenhuma fábrica dispunha-se paralisar seus programas industriais. Nenhum parafuso poderia ser feito naquela ocasião. Que o Brasil voltasse mais tarde, depois da guerra.

Roosevelt viajara até Natal, para consolidar com Vargas a concessão de uma base militar. [...] Apesar de estar com seu filho Getulinho adoentado, em vésperas de morrer. Vargas voou até o Norte e não teve acanhamento em falar às claras: dava a base, mas exigia a usina. Roosevelt prometeu, mais uma vez, e mais uma vez não conseguiu impor a sua vontade aos homens que administravam o chamado “esforço de guerra”.

[Então] Vargas mandou que seus emissários, vindos da Alemanha, antes de regressar ao Brasil, passassem uns dias nos Estados Unidos, espalhando aos ventos da liberal democracia que a ajuda alemã era mais concreta e imediata. Roosevelt, então, decidiu-se. [...] Assim, a usina brasileira foi considerada, pela economia norte-americana também um esforço de guerra. O peão chegava junto ao rei, anulava a rainha e dava o xeque-mate. Volta Redonda saiu do papel e foi plantada no vale do Paraíba. O Brasil ganhava a sua primeira batalha decisiva na guerra contra o subdesenvolvimento (Cony 1974, 222-ss).

Nessa leitura, Cony consolidou a ideia da astúcia de Vargas, de sua capacidade de manipulação – num sentido positivo - adaptando-se às circunstâncias para utilizá-las como meio de chegar aonde desejasse. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi utilizada, também em outros escritos, como caso típico que demonstrava a habilidade de Vargas.

Além disso, Cony retomou a ideia da coerência de Vargas. Ele sempre almejou o desenvolvimento nacional, as oportunidades que surgiram com a segunda guerra mundial foram soberbamente utilizadas por Getúlio. A referência à postura heroica e destemida de Vargas nas negociações com Roosevelt, ele “falava às claras”, mesmo diante da previsível tragédia pessoal que se aproximava, a doença e a morte do filho.

Para Cony, o segundo governo, teria sido o ápice da trajetória de Vargas, que pagou com a própria vida o preço de ser nacionalista e de tentar tornar o país de fato independente. Para o autor, Getúlio já tinha sentido as pressões dos trustes internacionais ao criar a CSN, e agora elas pareciam ter voltado redobradas com a questão do petróleo.

Para Cony, o que explicava o movimento das oposições contra Getúlio era a sua íntima ligação com os interesses estrangeiros. De acordo com ele, a oposição,

[...] tinha, a seu favor, o apoio e o estímulo das forças imperialistas, notadamente as ligadas com o petróleo, já inexoravelmente rompidas com o presidente. Poderosos escalões de testas-de-ferro e de intermediários entre as companhias estrangeiras e a economia nacional também aderiram, subterraneamente, a uma campanha de vida e de morte para derrubar o homem que, enfrentando todos os riscos, ousara mexer no território sagrado das reservas energéticas que o capital cosmopolita de há muito se julgava dono (Cony 1974, 210).

Os objetivos dessa oposição eram bem claros, de acordo com Cony:

Não se tratava, mais, de acusar Getúlio Vargas disso ou daquilo, de corrupto ou corruptor, com a finalidade de desmoralizá-lo política e eleitoralmente, impedindo-o de fazer um sucessor. A luta política ficou secundária, então. O importante era derrubar o homem que criara a Petrobrás. E depois de sua derrubada, destruir a própria Petrobrás. Em resumo: recolocar o Brasil na eterna condição de quintal e celeiro dos trustes. (Por acaso, o sucessor de Vargas no poder, Sr. João Café Filho, foi pressionado por grupos estranhos e ocultos a revogar a legislação nacionalista de petróleo. E não o fez por um imperativo popular que tornara a Petrobrás intocável, principalmente depois que um presidente dera um tiro no peito e deixara a carta-testamento dando, justamente, o nome dos grupos estranhos e ocultos que manobravam nos bastidores da política e da administração do país). Era urgente, portanto, apagar Getúlio do poder. Antes que viesse a Eletrobrás. E quem sabe, antes mesmo da Atomobrás. Na época, tal empresa seria considerada um absurdo. Mas a história da emancipação econômica do Brasil não pararia em 1954; teria novas e dolorosas batalhas pela frente (Cony 1974, 210-211).

Para Cony, a crise do segundo governo Vargas foi gerada por uma oposição articulada e representante dos interesses estrangeiros no país e de seu descontentamento com as medidas tomadas por Getúlio que apontavam na direção da autonomia e do desenvolvimento nacional. Getúlio desafiou tudo isso e pagou com a própria vida.

Considerações finais

Nossa análise pretendeu apontar alguns itinerários para a análise e o uso de biografias na pesquisa histórica. Ao final desse artigo, certas estratégias utilizadas na obra por Carlos Heitor Cony pareceram-nos mais recorrentes e relevantes e, em nossa interpretação, caracterizariam a biografia “*Quem matou Vargas*”.

Cony fez uma análise marcada pelo enaltecimento da figura de Getúlio Vargas, como libertador do Brasil — “Getúlio foi morto porque queria libertar o Brasil da dominação estrangeira” — fruto, talvez, das próprias leituras e, coincidentemente relacionadas a uma parte da historiografia do período, como afirmou Ferreira, ao identificar as análises produzidas entre os anos que separam o suicídio de Vargas, 1954, e o golpe civil-militar de 1964:

Uma outra interpretação, que não deve ser minimizada, fala, por sua vez, da Grande Conspiração, da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros — a exemplo de empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista — com a CIA e o Departamento de Estado norte-americano [...] Nesse sentido, o “culpado” pelo golpe teria sido o Outro, o “estrangeiro” (Ferreira 2003, 347).

Cony escreveu seu livro, como já referido, em plena ditadura militar. Vale ressaltar o tratamento dado, pelo autor, a alguns militares. Dentre outras passagens, aquela que tratou da relação dos militares com golpes de Estado, que em princípio não apresentavam “objetivos pessoais”, mas que, posteriormente — agora —, isso tinha mudado ao tratar, por exemplo, das tendências “incontroláveis” de certos grupos militares para o “entreguismo”.

Como afirmou Daniel Aarão Reis Filho: “Ao contrário do que muitos imaginavam, *os gorilas* não predominaram nos governos constituídos pela ditadura militar. Vigoraram projetos modernizantes. Conservadores, é claro (Reis Filho 2001, 360)”. Tratando do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no governo de Ernesto Geisel, Reis Filho refletiu: Parecia como “se vozes do passado, gravadas em discos arranhados tocando num velho gramofone, voltassem a se fazer ouvir, e a sombra de Getúlio Vargas, com seus propósitos autonomizantes, tivesse se incorporado nos tecnocratas e militares que dirigiam o país” (Reis Filho 2001, 362). Talvez, Cony protestasse mais contra os chamados militares defensores do liberalismo econômico e tenha se utilizado da biografia de Vargas para fazer coro aos militares estatistas, esquecendo-se da ditadura.¹¹

Desta forma, Cony representou um determinado período da recente história brasileira, marcado dentre outras causas pelo tema desenvolvimento nacional *versus* imperialismo, para o qual o personagem Getúlio Vargas prestava-se de forma precisa e exata, atribuindo a ele um caráter messiânico e predestinado, que desembocaria na sua capacidade de “se colocar à frente dos acontecimentos” e de interferir no “destino” da chamada “libertação nacional”, tarefa hercúlea típica dos mitos políticos.

Ao mesmo tempo, e, especialmente, com a edição posterior da biografia, em 2004, Cony buscou demonstrar sua resistência à ditadura. O que não foi uma tarefa fácil, tendo em vista a sua participação – mesmo que relegada a um plano secundário pelo autor - na elaboração dos dois editoriais do *Correio da Manhã*, de 31 de março e de 1º de abril.¹² Talvez, as prisões de Cony tenham colocado à prova a sua proximidade, e de diversos jornalistas, com os agentes do golpe civil e militar de 1964. Proximidade essa que produziu manchas e que, anos depois, necessitava ser removida da história da ditadura.

¹¹ Hipótese que, certamente, merece ser melhor estudada.

¹² Paradoxalmente, contra Jango, herdeiro de Vargas. Talvez, isso possa ser explicado pela sensação de uma excessiva proximidade de Jango com Leonel Brizola e, também, com os comunistas, inimigos de Cony. O que merece ser melhor estudado.

Referências Bibliográficas

Alvim, Thereza (org.). 1979. *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Amado, João. 2008. *Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), RJ. <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/13156>.

Bloch, Arnaldo. 2008. *Os irmãos Karamabloch: ascensão e queda de um império familiar*. São Paulo: Cia. das Letras.

Borges, Vavy Pacheco. 2005. Grandezas e misérias da biografia. In: *Fontes históricas*, editado por Carla Pinsky. 203-234. São Paulo: Contexto.

Capelato, Maria Helena. 1998. Estado Novo: novas histórias. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*, editado por Marcos Cezar de Freitas. 183-213. São Paulo: Contexto.

Cony, Carlos Heitor. 1974. 2ª ed. *Quem matou Vargas: 1954, uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.

Cony, Carlos Heitor. 2004. 3ª ed. *Quem matou Vargas: 1954, uma tragédia brasileira*. São Paulo. Ed. Planeta.

Ferreira, Jorge. 2003. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol. 3, editado por Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves Delgado. 343-404. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ferreira, Marieta de Moraes. 2000. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes* 94 (3): 111-124. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=1>.

Ferreira, Marieta de Moraes. 1992. A nova 'velha história': o retorno da história política. *Estudos Históricos* 5 (10): 265-271.

Ferreira, Marieta de Moraes, Pinto, Surama Conde Sá. 2003. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Vol. 1, editado

por Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves Delgado. 387-415. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fontana, Mônica, Webb, Paul. 2006. Fato e Ficção: uma relação dialética. *Estado e Comunicação. Intercom*, 1-10. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.

Girardet, Raoul. 1987. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. Das Letras.

Gomes, Ângela de Castro. 2004. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos* 34: 157-186.

Kushnir, Beatriz. 2004. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo.

Kushnir, Beatriz. 2000. Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no Partidão. In: *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*, editado por Daniel Aarão Reis Filho. 219-246. Rio de Janeiro: 7Letras.

Kushnir, Beatriz. 2001. Verbete CONY, Carlos Heitor. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vol. 2. 2ª ed. rev. e atual. Editado por Alzira Alves de Abreu (et al.). 1587. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC.

Leal, Carlos Eduardo. 2001. “Verbete Correio da Manhã”. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Vol. 2. 2ª ed. rev. e atual. Editado por Alzira Alves de Abreu (et al.). 1631. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC.

Levi, Giovanni. 2005. 7ª ed. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da história oral*, editoras Janaína Amado e Marieta Ferreira. 167-182. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Levillain, Philippe. 2003. 2ª ed. Os protagonistas: da biografia. In: *Por uma história política*, editado por René Rémond. 146-184. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Oliven, Ruben George. 1992. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Reis Filho, Daniel Aarão. 2001. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*, editado por Jorge Ferreira. 319-377. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Rosanvallon, Pierre. 1995. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História* 15 (30): 9-22.

Schmidt, Benito Bisso. 2000. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC.

Schmidt, Benito Bisso. 1997. Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos* 19: 3-21.